



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DA HUÍLA**

**ISCED-HUÍLA**

**A África Austral e os Problemas de Desenvolvimento  
Após as Independências.**

**Autor: Idalberto Geordano Velema Kawende**

**LUBANGO**

**2022**



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DA HUÍLA**

**ISCED-HUÍLA**

**A África Austral e os Problemas de Desenvolvimento  
Após as Independências.**

Trabalho apresentado para a obtenção do Grau de  
Licenciatura em Ensino da História

**Autor: Idalberto Geordano Velema Kawende**

**Orientador: Mário Ilda Simão, MsC**

**LUBANGO**

**2022**



## **INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DA HUÍLA**

### **ISCED - HUÍLA**

#### **DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA**

Tenho consciência que a cópia ou plágio, além de poder gerar responsabilidades civil, criminal e disciplinar, bem como reprovação ou retirada do grau, constitui uma grave violação da ética académica.

Nesta base, eu **IDALBERTO GEORDANO VELEMA KAWENDE**, estudante finalista do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-Huíla) do Curso de ENSINO DA HISTÓRIA, do departamento de Ciências sociais, declaro, por minha honra, ter elaborado este trabalho, só e somente com o auxílio da bibliografia que tive acesso e dos conhecimentos adquiridos durante a minha carreira estudantil e profissional.

Lubango, aos 15 de Janeiro de 2022

O autor

---

## **DEDICATÓRIA**

Esta produção científica é dedicada à memória de todos os meus entes queridos, aqueles cuja morte negou dar continuidade aos seus sonhos e que de forma prematura, decidiu por si só tira-los do nosso seio, deixando um vazio. Dedico em memória da minha avó Joaquina Katavu; Aos meus tios Marcos Ndala, Gabino, Isabel, Jorge Jamba, Julha Mutango, e Francisco Kativa; Aos meus primos António Aspirante e Paulo Prata e ao meu irmão Mauro.

## **AGRADECIMENTO**

A presente monografia, é resultado do apoio de enúmeras pessoas, que de forma directa e/ou indirecta, contribuíram para que tal fosse possível. Assim, quero agradecer profundamente, à todos quanto intervirem para o sucesso dessa produção científica. Submeto-me e agradeço À Deus Pai Todo Poderoso, pela dádiva da vida e pelas bênçãos que me concedeu em todo o percurso da minha vida.

Agradecimento em especial, a minha família; Aos meus pais, Alberto Kawende Beatriz Mbaku e Rosa Kapitango, pelos ensinamentos e por mi terem cuidado. À minha esposa, aos meus filhos aos meus irmãos, em fim, à todos os membros da minha família. Obrigada por fazerem parte da minha vida.

À Direcção do ISCED-HUÍLA, ao Departamento de Ciências Sociais, particularmente à Secção de Ensino da História e em especial aos professores Lucas Tchicoco, Marcelina Gomes, Hélder Bahu, Luís Adriano, Francisco Monteiro, Piedade Wachilala, Francisco Chimuco, José Ndala (em memória), Lídia Katimba, Mariete Costa, Benvindo Malungo, Suraya Santos, Pio Wakusanga, Domingos Pascoal, Carla Holo, Carlos Pinto que, com a sua destreza muito contribuíram para a construção de conhecimentos ao longo dos 4 anos de formação;

Um agradecimento extensivo, á todos os colegas do ISCED-Huíla, Particularmente os destacados nas salas do município da Chibia, pelo companheirismo, amizade e dinâmicas epistemológicas nos momentos marcantes da nossa formação. Um profundo agradecimento à Joaquina Hangalo, Sandra Samutaca, Nelson Estevão, Ernesto Ngonga, Diolinda, Tia Odilia, Miguel Fela, só para sitar alguns, pelos enúmeros momentos memoráveis que vivemos durante a nossa formação e pela amizade prestada áte agora;

Agradecimento Especial, ao meu orientador McS Mário Ilda Simão, pela dedicação, compreensão e cuidado durante a orientação desta pesquisa.

## **RESUMO**

O trabalho sob tema "**A África Austral e os Problemas de Desenvolvimento Após as Independências**" apresenta-se como um ensaio que procurou fazer uma descrição interpretativa sobre a região em referência e os seus problemas e ou desafios após a independência. Para dar corpo a monografia, foi necessário elaborar objectivo geral que consistiu em descrever os problemas da África Austral após as independências. No que tange aos objectivos específicos foram: efectuar um enquadramento geográfico e histórico da região Austral do continente africano; identificar os problemas sócio-económico de África após a independência e explicar as causas que contribuíram para o surgimento de problemas de desenvolvimento na região após a independência. Levantou-se igualmente o seguinte problema científico: Que problemas a África Austral tem enfrentado no domínio do seu desenvolvimento após as independências? Para se poder dar resposta à pergunta levantada e atingir os objectivos, optou-se pelos seguintes métodos e técnicos: método indutivo, dedutivo, da pesquisa bibliográfica e histórica. Quanto às técnicas, fez-se recurso à estatística e ao inquérito por questionário. A monografia encontra-se estruturada em três capítulos, no capítulo I: fundamentação teórica, foi possível efectuar-se o enquadramento histórico e geográfico da região Austral, sua evolução política que passou pelos Países da Linha da Frente em 1965 e o surgimento da Conferência de Coordenação e Desenvolvimento da África Austral em 1980. No capítulo II: A África Austral e os seus problemas após a conquista da independência, se abordou o processo de descolonização da África Austral entre 1960-1990, a emergência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em 1992, os problemas actuais da África Austral e as possíveis soluções. Finalmente o capítulo III: análise e interpretação dos dados, seguidas das conclusões, sugestões, bibliografia e os anexos respectivamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** África Austral, problemas, desenvolvimento e independência.

## ÍNDICE

<b>DEDICATÓRIA</b> .....	<b>i</b>
<b>AGRADECIMENTO</b> .....	<b>ii</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>iii</b>
<b>ABSTRACT</b> .....	<b>iv</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>8</b>
1.1. Enquadramento Geográfico da Região da África Austral .....	9
1.2. Enquadramento Histórico da Região Austral do Continente Africano .....	10
1.2.1. Os países da Linha da Frente .....	14
1.2.2. O surgimento da Conferência para Coordenação e Desenvolvimento da África Austral-SADCC (1980-1992).....	17
<b>CAPÍTULO II: A ÁFRICA AUSTRAL E OS PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO APÓS AS INDEPENDÊNCIAS</b> .....	<b>21</b>
2.1. O Processo de descolonização na África Austral à independência 1960-1990. ....	22
2.2. A Emergência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral-SADC .....	25
2.2.1. Objectivos da SADC .....	26
2.3. Os Problemas Actuais da África Austral .....	27
2.3.1. Os Problemas Políticos .....	28
2.3.2. Os Problemas de Segurança Militar.....	29
2.3.3. Os Problemas Socio-econômicos.....	31
2.6. Possíveis Soluções dos Problemas Actuais da África Austral.....	34
<b>CAPÍTULO III: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS</b> .....	<b>39</b>
3.1. Preliminares da investigação.....	40
3.2. População e amostra .....	40
3.2.1. População.....	40
3.2.2. Amostra.....	40

3.3. Instrumento de recolha de dados .....	40
3.4. Apresentação, Análise e interpretação dos resultados .....	41
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>49</b>
<b>SUGESTÕES.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>71</b>

# INTRODUÇÃO

## **Introdução**

O presente trabalho, debruça-se sobre os contrangimentos de desenvolvimento que a África Austral atravessou após as independências, e que continua a enfrentar até hoje. Particularmente a África Austral, apresenta-se como uma região de grande diversidade étnica e cultural que ao longo da sua dinâmica histórica, tem sofrido várias transformações políticas, sócias e económicas, que influenciam o seu estado actual, sobretudo os acontecimentos vinculados à colonização, aos efeitos da segunda guerra mundial e consequentemente as formas ou vias de acesso às independências que culminaram e vivenciaram um conjunto de ingerências, que trouxeram conflitos intra-estados e inter-estados no âmbito da guerra fria.

Todos estes acontecimentos, sobretudo ligados ao processo de independências políticas, apresentam-se como desafios que a região tem vivido. Assim, na presente abordagem de cariz teórico-bibliográfico. Procura-se problematizar o mesmo, no sentido de trazer contribuições prático-teóricas para a comunidade académica particularmente.

Outrossim, o tema busca apresentar os problemas de desenvolvimento que têm as suas origens no período pós independência, visto que após o fim da primeira metade do século XX, até ao início do século XXI, os problemas ligados à colonização colocam-se num segundo plano.

Agora levantam-se questionamentos ligados as acções dos governos e organizações regionais em termos de desempenho para a afirmação regional dos países que englobam, esta vaste e rica região do continente africano.

Assim o trabalho procura compreender as dinâmicas holísticas da região, como forma de identificar os problemas do período posterior às independências.

### **Justificativa da escolha do tema**

O presente tema justifica-se pelo facto do continente africano de forma geral, ser uma região importante do ponto de vista sócio-económico para alavancar o desenvolvimento de várias regiões do mundo, esta situação leva para uma reflexão sobre as causas do fraco desenvolvimento económico e posicionamento político de África perante o ocidente mesmo após as independências nacionais.

Por outro lado, a abordagem do tema, procura compreender as razões da acentuada desigualdade no desenvolvimento dos países que compreendem a região, fazendo recurso ao passado, como forma de se poder analisar o presente e perspectivar o futuro, futuro este, que se pretende qualitativamente diferente da realidade actual.

### **Identificação do problema da investigação**

Segundo Marconi e Lakatos (2006), um problema é uma dificuldade, teórica ou prática, no conhecimento de alguma coisa de real importância, para a qual se deve encontrar uma solução. Assim, para melhor compreensão das características dos problemas de desenvolvimento sócio-económico e político da África Austral após as independências, propõe-se o seguinte problema a ser investigado: **Que problemas a África Austral tem enfrentado a nível de seu desenvolvimento após as independências nacionais?**

### **Objecto da investigação**

O objecto de investigação do presente tema, circunscreve-se aos problemas de desenvolvimento da África Austral após as independências nacionais.

### **Objectivos**

Para responder ao problema levantado, elaborou-se objectivos do domínio geral e específicos.

### **Objectivo geral**

- Compreender os problemas actuais de desenvolvimento na África Austral após as independências nacionais.

### **Objectivos específicos**

- Efectuar um enquadramento geográfico e histórico da região Austral do continente africano;
- Identificar os problemas actuais de África após as independências nacionais;
- Explicar as causas que contribuíram para o surgimento dos problemas actuais de desenvolvimento na região após a independência nacionais.

### **Delimitação do estudo**

O trabalho faz menção aos problemas actuais de desenvolvimento da África Austral, num período compreendido entre as conquistas das independências até 2020.

### **Design da investigação**

Esta monografia seguiu um design de cariz descritivo na abordagem qualitativo, tendo em conta que procura-se compreender e explicar os meandros dos problemas actuais de desenvolvimento após as independências na região Austral de África.

### **Definição dos conceitos-chave**

Perante o tema, retirou-se as seguintes palavras-chave:

**África Austral** é a região localizada mais ao Sul do continente africano, também conhecida como África Meridional, sendo banhada pelo Oceano Índico na sua costa Oriental e pelo Atlântico na costa Ocidental. É constituída por quinze países: África do Sul, Angola, Botsuana, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué e Ilhas Seychelles (Langa e Sacavinda, 2019, p. 144).

**Problemas**, são questões ou circunstâncias cuja resolução é muito difícil de se realizar ou ainda pode ser um hiato entre uma situação real actual e uma situação ideal desejada<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Extraído em <https://www.dicio.com.br/poblema/> aos 27 de Outubro de 2020 pelas 14:02

**Desenvolvimento**, é o estado do país que apresenta um alto nível de produtividade e um nível de vida elevado; ou ainda é a passagem de um estado a outro, de tal modo que o seguinte é sempre mais perfeito do que o anterior<sup>2</sup>.

**Independência** é a desassociação de um ser em relação ao outro, do qual dependia ou era por ele dominado; ainda pode ser o estado de quem ou do que tem liberdade ou autonomia. Já em termos políticos a independência de um país pode ser definido como sendo a conquista e manutenção da sua soberania política e económica, que pode ser absoluta ou relativa<sup>3</sup>.

### **Importância do estudo**

O ensaio apresenta uma importância do ponto de vista teórico e prático, neste sentido segue-se:

No que tange a relevância teórica, está ligado à utilidade do trabalho, que poderá mostrar conteúdos sistematizados que permitirão permitir uma melhor compreensão dos fenómenos políticos e sócio- económicos que se desencadearam na África Austral no período posterior as independências.

No que tange a relevância prática, o trabalho irá contribuir de forma extensiva para o enriquecimento bibliográfico da História de África no que tange aos conteúdos relacionados com o desenvolvimento sócio-económico e político da região Austral de África.

### **Procedimentos Metodológicos e Técnicos**

#### **Procedimentos Metodológicos**

Ao longo do nosso trabalho, utilizou-se os seguintes métodos:

O método da pesquisa exploratória, esta pesquisa tem como finalidade proporcionar maior familiaridade com o problema, para torná-lo mais explícito e envolve um levantamento bibliográfico que é a preparação para a pesquisa

---

<sup>2</sup> Extraído em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/desenvolvimento>, aos 27 de Outubro de 2020 pelas 14:13

<sup>3</sup> Extraído em <https://pt.m.wikipedia.org/wiki/independencia> aos 28 de Outubro de 2020 pelas 21:15

explicativa (Severino, 2007, p. 123). Este método foi aplicado durante a revisão bibliográfica para aperfeiçoar ideias e se identificar o que já foi publicado sobre o tema, familiarizando-se desta forma com o conteúdo.

Método comparativo, é o estudo das semelhanças e diferenças entre diversos tipos de grupos, sociedades ou povos contribuindo para uma melhor compreensão do comportamento humano e das dinâmicas políticas. Este método realiza comparações, com a finalidade de verificar similitudes e explicar divergências (Marconi e Lakatos, 2003, p. 107). O método foi utilizado para comparação das diversas organizações que surgiram na região Austral de África entre 1960-1992.

Método histórico, consiste em investigar eventos do passado, a fim de compreender os modos de vida do presente, que só podem ser explicados a partir da reconstrução da cultura e da observação das mudanças ocorridas ao longo do tempo (Marconi e Presotto, 2009, p.12). Este método serviu para compreender a actual forma estrutural da região Austral de África.

### **Procedimentos Técnicos**

Nesta perspectiva, utilizou-se as seguintes técnicas de investigação:

Inquérito por Questionário, que é o conjunto de questões sistematicamente articuladas que se destinam a levantar informações escritas precisas acerca do nível de conhecimento por parte do sujeito pesquisado, com vista a conhecer a sua opinião, em relação ao assunto em estudo, as questões devem ser claras, objectivas e sem ambiguidade a fim de se colherem respostas com estes atributos (Severino, 2007, p. 125). Esta técnica serviu para medir o grau de conhecimento dos alunos da 12<sup>a</sup> classe do Liceu N<sup>o</sup> 454 da Chibia do período da tarde dos cursos de Ciências Económicas e jurídicas e Ciências Humanas.

Técnica estatística, consiste na colecta de dados e os reduz a termos quantitativos, demonstrando-os em tabelas, gráficos, e quadros (Marconi e Presotto, 2009, p. 12). Utilizamos este método, quando aplicarmos o nosso inquérito por questionário a fim de quantificar o grau de conhecimentos dos

alunos da 12<sup>a</sup> classe do Liceu Nº 454 da Chibia do período da tarde dos cursos de Ciências Económicas e jurídicas e Ciências Humanas, e os abreviar em tabelas.

## **CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **1.1. Enquadramento Geográfico da Região Austral de África**

Do ponto de vista geográfico, o conhecimento de uma região, apresenta-se como uma forma atraente para conhecer as suas dinâmicas endógenas. Assim, a África Austral corresponde à região Sul do continente africano e conta com os seguintes limites geográficos: a Norte encontra-se a República Democrática do Congo (RDC); a Noroeste a República da Namíbia e de Angola; a Leste a República de Moçambique e do Lesotho e a Sul a República da África do Sul (Guilherme, 2017).

Estes limites geográficos da região Austral não são consensuais entre os diversos pesquisadores. Na visão de Hugon (2015) existem descrições que apontam como limite o Sul da República Democrática do Congo e Norte a Tanzânia, e vai se estender na parte Ocidental as Ilhas Maurícias, os Comores e as ilhas Seychelles. Pode-se inferir que existem limites que atendem simplesmente questões geográficas e outros estão ligados a questões políticas.

Neste contexto, a classificação das Nações Unidas, considera apenas cinco países que estão localizados na África Austral: África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia e a Swazilândia. A classificação de outras organizações apontam: África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia e a Swazilândia, Angola, Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe. No âmbito da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) indica os seguintes países: África do Sul, Botswana, Lesotho, Namíbia, Swazilândia, Angola, Malawi, Moçambique, Zâmbia, Zimbabwe, Madagáscar, RDC, Ilhas Maurícias e Seychelles (Mckenna, 2011).

Toda esta classificação de diferentes organizações e pontos de vista, permitem inferir que esta região é banhado por dois oceanos: o Atlântico a Oeste e o Índico a Este, igualmente apresenta um conjunto de rios e lagos que fazem parte da sua riqueza hidrográfica, como os casos dos rios: Congo ou Zaire, Kuanza, Cunene Zambeze, Kubango ou Okavango e Orange (Lopes e Capumba, 2006).

Toda esta riqueza hidrográfica permite uma diversidade de fauna, flora e recursos aquáticos. Portanto, os recursos hídricos, a fauna, a flora e a disponibilidade para o mar permitiria um desenvolvimento coordenado e integrado de todos os países que fazem parte desta região (Guilherme, 2017). Como se pode perceber a partir da denominação da região Austral tem um enorme potencial para o desenvolvimento devido a disponibilidade dos recursos naturais.

## **1.2. Enquadramento Histórico da Região Austral do Continente Africano**

A história de determinada região permite conhecer determinado povo, as suas dinâmicas sócio-económicas e políticas actuais. Assim, esta região do ponto de vista etnológico multi-cultural e multi-étnica heterogênea, foi palco da prática do tráfico de negreiro, a escravatura abolida no século XIX, da sua partilha entre as potências europeias a partir de 1876 que resultou na Conferência de Berlim entre 1884-1885 (Neves, 2002).

Posteriormente algumas regiões foram submetidas à colonização directa ou *direct rule* como foi o caso das ex-possessões portuguesas, belga e francesa como: Angola, Moçambique e o Congo Belga actual República Democrática do Congo. Este processo resultou na formação dos assimilados nas colónias portuguesas, *évolues* no sistema colonial belga e *assimilés* no sistema colonial francês (M'bokolo, 2011). As ex-colónias inglesas da região Austral, foram sujeitas de forma geral à colonização ora indirecta ou *indirect rule ora directa ou direct rule* (Bender, 2013).

Os britânicos aplicaram a dominação indirecta nas colónias da África Ocidental (Nigéria Costa do Ouro Serra Leoa e Gâmbia), mas não aplicaram nos territórios da África Oriental e Austral onde recorreram algumas vezes aos métodos de dominação directa (...) (Lopes e Capumba, 2006, p. 63).

A colonização britânica foi a maior da região Austral de África seguia uma lógica de não povoamento e abrangia os territórios coloniais da: Rodésia do Norte, Rodésia do Sul, o Malawi, Botswana, o Lesoto, a Swazilândia e a África do Sul (Chanaiwa, 2010).

A Namíbia, que teve presença inicial foi holandesa, seguida de uma colonização da Alemanha até 1920 que na sequência da sua derrota da I guerra mundial (1914-1918) a 17 de Dezembro o Conselho da Sociedade das Nações, ao abrigo do artigo 22º do tratado de Versalhes, concedeu este território a União Sul Africana para administrar como parte integrante do seu território sob forma de um mandato que implementou as leis de discriminação racial em 1966 (Fernandes e Capumba, 2006, pp. 27 e 38). O governo colonial português colonizaria Angola e Moçambique e a Bélgica a actual República Democrática do Congo (Chanaiwa, 2010).

Para a auto-determinação de África, para além dos eventos intra-África as dinâmicas dos acontecimentos e actos internacionais contribuíram também, para o despertar da consciência política e nacional, com realce; a Primeira Guerra Mundial (1914-1919), a Revolução de Outubro na Rússia em 1917, o Movimento Pan-Africano (1919-1945), a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Carta das Nações Unidas de 1945, a Declaração Universal dos Direitos do Humanos de 1948 e a Conferência de Bandung de 1955 (Pazzinato e Senise, 2010, p. 297).

Estes eventos exógenos serviram de instrumentos legal e políticos para legitimar as reivindicações dos movimentos sindicais, de libertação nacional e como instrumento para pôr fim o sistema colonial, apoiado pelas superpotências saídas da Segunda Guerra Mundial sem qualquer possessões coloniais e que tinham interesses nestas regiões o que desembocou na chamada Guerra Fria (Mazrui, 2010).

Estes eventos associados às reivindicações políticas e militares dos nacionalistas, viriam consagrar o ano de 1960 como o ano de África, considerando que mais de 10 países conquistaram as suas autonomias políticas (Ki-Zerbo, 2010).

Na Rodésia do Sul, actual Zimbabwe, por causa do regime de minoria branca que havia proclamado a independência em 11 de Novembro de 1965 de forma unilateral e que representava o nacionalismo branco liderado por Yam

Smith e com ligações ao regime de segregação racial reinante na África do Sul e com o regime fascista português reinante em Angola e Moçambique, enfrentaria uma luta de libertação nacional, liderada pela União Popular Africana do Zimbabue-ZAPU e a ZANU-União Nacional Africana do Zimbabue que lideravam do ponto de vista ideológico e político por Joshua Nkomo e Robert Mugab. Estes movimentos nacionalistas progressistas foram os espelhos dos verdadeiros nacionalistas. Após estes acontecimentos, viveu-se a proclamação das independências de Angola e Moçambique, ex- colónias portuguesas em 1975 com ajuda dos membros dos Países da Lnja da frente e dos países socialistas (Fernandes e Capumba, 2006).

Quanto a África do Sul, embora tivesse a sua independência antes da I Guerra Mundial, do ponto de vista endógeno tinha problemas sociais, económicos e políticos causados pelo sistema de discriminação racial implementado em 1948 por lei que oprimia a maioria 75% população e convertendo a Namíbia desde 1920, num protectorado seu até à data da sua auto-determinação pela via militar em 21 de Março de 1990, luta levada a cabo pela *SWAPO* criada em 1960 e iniciado a luta em 1966 (Pazzinato e Senise, 2010, p. 2010).

Para reverter a situação sócio-económica e política dos negros da região, surgiu em 1921 o ANC, que contava com a solidariedade dos países africanos e das organizações regionais e da ONU (Ibidem).

A colonização no Congo belga o seu fim foi pela via da força em 30 de Junho de 1960, encabeçada do ponto de vista ideológico pelo Movimento Nacional Congolês (MNC), fundado em 1958 e político por Patrice Lumumba, após a independência a região passou a chamar-se Zaire e a actualmente República Democrática do Congo (Wondji, 2011, p. 89).

Nas ex-possessões inglesas as vias de acesso às independências com excepção do Zimbabue, a transferência do poder para maioria negra ou autodeterminação foi pacífica (Ki-Zerbo, 2002).

Na África portuguesa da região Austral o acesso para a auto-determinação foi pela via armada que se intensificou na década de 60 do século XX, desencadeadas em Angola do ponto de vista ideológico inicialmente pela UPA que posteriormente transformou-se em FNLA, posteriormente o MPLA e finalmente a UNITA e que terminou com a proclamação da independência em 11 de Novembro de 1975 (Pazzinato e Senise, 2010).

Em Moçambique a luta para a autodeterminação foi encabeçada do ponto de vista ideológico pela Frente de Libertação de Moçambique-FRELIMO culminou com a proclamação de Moçambique aos 25 de Junho de 1975. Estas duas independências teriam um impacto além-fronteiras pela sua localização geográfica, vão apoiar as lutas no Zimbabwe, na Namíbia e na África do Sul .além disso os jovens Estados juntaram ao grupo dos Países da Linha da Frente (Mateus e Mateus, 2015).

Com as independências alcançadas até ao fim da década de 1960 ao nível dos diferentes países da região Austral de África e posteriormente as independências alcançadas nas ex-possessões portuguesas da região em 1975. O período seguinte ficou marcado por pontos de resistência que causavam uma irritação para a desestabilização e desenvolvimento sócio-económico e político da região: No Zimbabwe; na Namíbia e problema da África do Sul por causa do regime de discriminação racial (Fernandes e Capumba, 2006).

Pode-se dizer que a luta pela soberania dos países da África Austral, encontra-se dividida em quatro etapas, na qual a primeira etapa está vinculada ao período anterior à II Guerra Mundial (1939-1945), caracterizado pela agitação das elites que desejavam maior autonomia das potenciais colonizadoras e mobilização social para reivindicações sociais; a segunda etapa foi de confronto contra, regime de discriminação racial, fascismo e o nazismo; a terceira etapa ocorreria após a II Guerra Mundial, caracterizado pela resistência não violenta pela independência e a quarta etapa estava vinculado ao combate armado das guerrilhas especialmente após a década de 60 do século XX (Mazrui, 2010).

Portanto, o colonialismo ao nível da Região Austral deixou uma herança e marcas que consubstanciaram-se na drenagem dos recursos naturais, sem significar o desenvolvimento para a região; as divisões arbitrárias dos territórios sem o respeito das etnias, perturbação da essência cultural dos povos; as independências foram um acto formal mas os problemas de fundo continuaram os mesmos (pobreza, analfabetismo, conflitos, taxas alarmantes de mortalidade), incapacidade e falta de vontade do novo Estado em expandir os seus serviços para a população além do centro político (Carvalho, 2017).

Apesar de muitos autores e intelectuais, actualmente tentarem a todo custo isentar o fenómeno colonial dos actuais problemas de África e particularmente da Região Austral de África, assunto que não vinca com a realidade histórica objectiva. É pura verdade que o quadro social e económico do continente e da região em particular, poderia ser diferente se houvesse um desempenho de qualidade dos actores políticos, os problemas internos de cada país teriam outra dinâmica e não seriam problemas básicos, mas o fenómeno colonial e as tendências neocoloniais têm uma responsabilidade no quadro estrutural actual dos problemas da região (Van- Dúnem, 2010).

### **1.2.1. Os Países da Linha da Frente**

Foi num contexto de necessidade de apoiar a independência dos países sob jugo colonial e em particular na luta contra a discriminação racial na África do Sul, que surgiu a organização dos Países da Linha da Frente, por iniciativa de países livres e actividades políticas dos presidentes da Tanzânia Julius Nyerere e da Zâmbia Kenneth Kaunda, em colaboração com a Organização da Unidade Africana-OUA, que reuniram-se em Lusaka capital da Zâmbia em 15 de Fevereiro de 1965 para analisarem a intenção da Frente Rodesiana que pretendia proclamar a independência do Zimbabwe de forma unilateral. Esta reunião marcou o início das acções políticas dos países da Linha da Frente que seria reforçada pela adesão do Botsuana em 1966 liderado por Seretse Khama (Murapa, 2002).

Segundo Chivava (2011) estes países constituíam a organização dos Países da Linha da Frente formaram um cordão de solidariedade em relação às lutas desenvolvidas até então pelos movimentos progressistas da região austral de África (o MPLA, a FRELIMO, a ZAPU, a ZANU ou FP, a SWAPO, criada em 1960 e que desenvolvia a luta pela independência da Namíbia desde 1966, embora seria apenas reconhecida pela ONU em 1973 e o Congresso Nacional Africano-ANC, fundado em 1940 para defender os direitos dos negros).

Na visão de Fernandes e Capumba (2006, p. 35 - 85) os Países de Linha da Frente sendo uma organização de países voluntários, com carácter democrático e revolucionário tinha as seguintes finalidades:

- Instituir um sistema de pacto recíproco e de acções de ajuda aos movimentos de libertação nacional (FRELIMO, MPLA, SWAPO e o ANC);
- Proteger os Estados membros das chantagens e ou intimidações do regime fascista português da região, do regime do apartheid e de minoria branca;
- Coordenar valores para aquisição de recursos e estratégias internacionais para os movimentos de libertação nacional na África Austral que lutavam contra o regime de minoria branca e do regime de discriminação racial;
- Proteger os Estados membros da expansão económica e comercial da África do Sul.

Com a adesão das ex-possessões portuguesas da região no grupo dos Países da Linha da Frente após as suas independências, o facto deu outro impulso às lutas desenvolvidas por esta organização por causa da localização geográfica destas possessões, que apoiaram de forma directa e sem reservas as lutas dos povos do Zimbabwe, do povo sul-africano e do povo da Namíbia (Massangaie, 2018).

Os países da linha da Frente garantiram aos povos da região em luta a criação e subsistência nos seus territórios de bases militantes (civis e militares), facultaram acessórios para a preparação militar e política, forneceram armamentos, atribuíram bolsas de estudo para activistas dos movimentos de libertação nacionalistas, assumiram as despesas do envio dos alunos para outros países e cederam facilidades para deslocação dos membros dos movimentos nacionalistas nos países da sua residência (Fernandes e Capumba, 2006).

A ascensão da Namíbia à independência em 1990 pôs fim ao colonialismo no continente africano em geral e na África em particular, visto que na África do Sul, o processo que conduziria o território ao fim do regime de discriminação racial decorria satisfatoriamente, rumo ao estabelecimento de um sistema constitucional aceitável para o povo sul-africano. Estes desenvolvimentos políticos tiraram a região de uma era de conflitos e confrontação, rumo a uma situação de paz, segurança e estabilidade, condições essenciais para a cooperação e o desenvolvimento sustentável (Fernandes e Capumba, 2006).

Pode-se concluir que os países da Linha da Frente, tinham objectivos puramente políticos ligados ao fim do colonialismo tradicional na região, fim do regime de minoria branca ou libertação social e o isolamento da República Sul-Africana (Massangaie, 2018).

A Criação da Frente Patriótica foi não só uma vitória do Movimento de libertação Nacional do Zimbabué, como também uma vitória para os países da Linha da Frente e da Organização da Unidade Africana. A Frente Patriótica reconhecida oficialmente em Janeiro de 1977 pela Linha da Frente e pela OUA, foi proclamada em 1979 como único representante do povo Zimbabueano (Fernandes & Capumba, 2006, p. 34).

A independência de Angola e Moçambique e suas acções em coordenação com os membros da linha da frente, contribuiu para pôr fim o colonialismo, o regime de minoria branca no Zimbabwe e o isolamento da República Sul-africana estes dois consideravam Angola e Moçambique ameaças as suas hegemonias por causa da sua orientação ideológica Marxista-socialista e seus governos acusados de propagarem o comunismo na região, o que favoreceu a resistência da RENAMO em Moçambique e UNITA em Angola (Guilherme, 2017).

A Região da África Austral muito cedo, passou a ser um palco preferencial da guerra fria provocando instabilidade, que em última instância agudizava os problemas políticos, sociais e económicos (Ibidem).

Foi na necessidade de se precaverem das ameaças deste regime e encontrar uma plataforma de concertação política que Moçambique (...) Tanzânia, Zâmbia e Botsuana formaram uma organização informal denominada Países da Linha da Frente (...), cujo objectivo era isolar politicamente o regime da África do Sul e coordenar esforços para a libertação do Zimbabwe e da Namíbia, através de apoio aos respectivos movimentos políticos de libertação (...). Com a libertação do Zimbabwe, em 1980, os Países da linha da Frente encontraram condições para criarem a SADCC (...), tendo como grande missão a libertação económica da África Austral (Chichava, 2011, p.14).

Esta foi uma organização que tinha conhecimento internacional, tendo mandato na OUA, na ONU e trabalhava com a Inglaterra, esta cooperação reforçava o seu prestígio, embora funcionava apenas com o Comité de Segurança e Defesa Inter- estatal, que coordenava toda a acção política de Seguranças dos Estados membros. Com as transformações políticas houve necessidade de transformar esta organização para uma organização mais aglutinadora (Schutz, 2014).

É inegável o papel político e militar desta organização no que concerne a concetação político-militar, de ideia e acções que visavam à libertação dos Países da Região a tal ponto que serviu de base para o surgimento de uma nova organização com um perfil mais abrangente e com pendor mais económico.

### **1.2.2. O Surgimento da Conferência para Coordenação e Desenvolvimento da África Austral - SADCC (1980-1992)**

A África Austral até a década de 80 do século XX, foi profundamente sangrento, por causa dos conflitos internos caracterizados pelos golpes de Estado, guerras civís acasianadas pela guerra fria, mas, nas décadas seguintes, notou-se uma redução no número de conflitos armados e o estabelecimento de sistemas constitucionais democráticos (Williams 2011).

Foi neste quadro de procura de segurança e estabilidade político-militar regional que surgiu a Conferência de Coordenação e Desenvolvimento da África Austral em 1980 e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral em 1992 (Matusse, 2009).

No que tange a SADCC, teve como base a estrutura dos Países da Linha da Frente, acrescidos de outros países livres que voluntariamente aderiram esta

organização, proclamada em Abril de 1980 em Lusaka, para servir de contrapeso ao regime que vigorava na África (Branco, 2003).

Os Países da Linha da Frente, já tinham cumprido o seu papel histórico o de acabar com o colonialismo tradicional na região, a SADCC a partir das experiências positivas de íntima cooperação entre os governos e povos em sua luta contra a resistência colonial e ao regime de discriminação reinante na África do Sul, permitiu a criação de fortes laços de solidariedade e de um sentimento comum e a acção conjunta contra o colonialismo e o racismo. Aproveitou todo este sentimento e cooperação para dar continuidade à libertação dos povos desta região incentiva não apenas pela sua base organizacional, mas também pelas antigas potências colonizadoras (Murapa, 2002).

Na visão de Lee (2003) a SADCC não foi apenas uma iniciativa dos Estados da Linha da Frente, ao contrário, houve um encorajamento forte dos países da Europa que desejavam, tornar a região mais ligada a ela, num contexto de guerra fria em que estavam mais ligadas directamente ou aos EUA ou a URSS. Esta situação de iniciativa de formação da SADCC, entre uma iniciativa endógena dos próprios Estados africanos e exógenas por intervenção dos países da Europa, divide vários autores, mas o certo é que no seu surgimento procurou apoio externo tecnológico, financeiro e político para a materialização dos seus objectivos.

Na perspectiva de Murapa (2002) a proclamação desta organização, foi norteada pelo lema: "*África Austral: Rumo à Libertação Económica*" e recomendou um conjunto de acções estatais com vista ao desenvolvimento nacional dos transportes, comunicação, indústria, recursos humanos, energia, alimentação e agricultura, visto que a dependência económica em relação a África do Sul, constituía sério problema para a região, sobretudo para o Botsuana e Zâmbia, Estados encravados no interior, e por consequência disso, encontravam dificuldades no escoamento dos seus principais produtos de exportação para o litoral.

Neste contexto, podemos afirmar que, a SADCC, não tinha só um papel político, mas sim apresentava como prioridade, o desenvolvimento sustentável do cenário económico regional com o fim de diminuir a dependência económica.

Esta organização segundo Murapa (2002) congregava nove países livres; Tanzânia, Zâmbia, Botsuana, Moçambique, Angola, Lesotho, Malawi, Suazilândia e Zimbabwe. Contava com os seguintes objectivos:

- A redução da dependência económica em relação ao regime de discriminação social que reinava na África do Sul;
- A colaboração entre os Estados membros para o equilíbrio das suas economias;
- Forjar laços, com vista a uma integração genuína, equitativa e mobilizadora de recursos para implantação de políticas concertadas;
- Garantir a cooperação dos países livres da região e internacional no quadro da estratégia de libertação económica;
- Acabar de forma progressiva com a dependência económica, comercial e de transportes em relação ao regime que vigorava na África do Sul.

Neste contexto, foi uma organização que exprimia um espírito Pan-africano, para resgatar a dignidade do continente berço particularmente regional e sua posição no contexto dos assuntos globais, foi neste panorama que concertou acções com a OUA, seu plano de acção de Lagos de 1980 e sua Acta Final (Buzan e Weaver, 2003).

A SADCC tinha como principais órgãos: a Cimeira de Chefes de Estado ou de governo, que tinha responsabilidade de dirigir e controlar as funções da conferência; O Conselho de Ministros, órgão que respondia perante a cimeira e encarregue de supervisionar as actividades e o desenvolvimento da organização, associada a esta função, aprovava as políticas da organização; O

Comité Permanente de Altos Funcionários, que desempenhava funções técnicas, era órgão consultivo e de acessória ao Conselho de Ministros; O Secretariado, que era um órgão responsável pela coordenação e gestão dos programas (Ibidem 2009).

Foi neste panorama que na região Austral do continente africano que começaria a se evidenciar um conjunto de transformações políticas e com implicações sociais e económicas, após doze anos de existência da SADCC, se despolectou um plano de reestruturação que a sua abordagem e a compreensão remetem ao fim da guerra fria, simbolizada pela desestruturação da URSS (Vicentino, 2006).

Esta situação permitiu o surgimento da SADC, Organização que abordaremos com mais profundidade no capítulo a seguir. Esta organização, tem grandes responsabilidades na leitura correcta dos problemas da Região e de forma concertada tenta encontrar soluções que possam criar melhores soluções de vida aos povos que integram os países da Região Austral de África, agora também com a integração do "gigante" e potencial económico, à República da África do Sul.

## **CAPÍTULO II: A ÁFRICA AUSTRAL E OS PROBLEMAS DE DESENVOLVIMENTO APÓS AS INDEPENDÊNCIAS**

## **2.1. O Processo de Descolonização da África Austral às Independências 1960-1990**

A descolonização da África da região em estudo foi feita em dois contextos, a dos países que se libertaram por via pacífica e dos países que se libertaram de forma violenta ou armada. Nas colónias inglesas a libertação foi pacífica; nas colónias portuguesas (Angola e Moçambique) foi violento; no território do antigo sudoeste africano (Namíbia), na actual República Democrática do Congo ( ex-colónia belga) e no Zimbawe, foi igualmente violento. Na África Sul questão ligada ao regime de segregação racial e não propriamente a um processo de descolonização, o seu processo igualmente foi violento (Vicentino, 2006).

Após o alcance das independências, sobretudo aquela que vieram a reboque de 1960, estes países mergulharam num grande dilema político ocasionado pela falta de solidariedade internacional no contexto da guerra fria que acabou por criar marcas indeléveis no campo estrutural, porém, o quadro político, social e económico herdado do processo de descolonização difere de território para território, influenciado em grande medida pelo tipo de sistema colonial utilizado pelas potências colonializadoras e o tempo da sua colonização efectiva (Senise e Pazzinato, 2010).

Contudo, as potências colonizadoras deixaram algum legado, que associado ao capital social endógeno, muito contribuiu para a resolução de um conjunto de problemas. Neste sentido, a administração directa aplicada pela Inglaterra nas suas colónias, facultou certa experiência governativa local pela sua participação dos nativos em assembleias e administrativa, sobretudo a forma como lidavam com os diversos tipos de descontentamento (Hoges, 2001).

A realidade da actual República Democrática do Congo, ex-colónia Belga até em 1960 inspirava bastante cautela. Na África portuguesa, a política de que as colónias fazem parte de uma só unidade juntamente com a metrópole e todos os males do regime fascista português, despolectou o início das guerras pela independência, que obrigaram a uma revisão da política colonial que procurava "ganhar os corações e mentes", associada a esta questão, a população estava dividida entre os cidadãos, assimilados e indígena, sendo o último constituído

por mais de 90% da população sem direito aos serviços sociais (saúde e educação) e obrigados a assimilarem a cultura europeia. Esta realidade sócio-política das ex-colónias portuguesas (Pacheco, 1997, p.20).

Neste contexto, os países da região Austral de África, conquistaram as suas independências entre 1960-1990, mas com um legado colonial que não abonaria a sua estabilidade social, política e até a económica, este legado estava vinculado as fronteiras arbitrária que trouxeram unidades territoriais sem sentido, comunidades divididas, movimentos separatistas, competição étnica interna, unidades económicas desadequada (sem acesso ao mar, com poucos recursos, demasiado pequenos ou grandes) e um legado de analfabetismo estrutural (Thomson, 2010).

No momento em que os Estados (...) estavam envolvidas na espiral das lutas pela «democratização», (...). O mais importante era, sem dúvidas não a multiplicação dos conflitos, mas a sua natureza e a gravidade em termos de perdas humanas, de deslocções forçadas de populações, de violações extensas dos direitos humanos, de danos causados ao ambiente e de pilhagem incontrollada de recursos. É certo que as primeiras décadas das independências tinham tido o seu quinhão de afrontamentos violentos: guerras fronteiriças; guerras civis, (...) (Mbokolo, 2011, p. 609).

Thomson (2010), afirmou ainda que os países independentes da África Austral, herdaram um Estado não hegemónico, vinculado a incapacidade de projectar o seu poder no interior, o poder estatal estava concentrado em regiões estratégicas ou produtoras. Esse desajuste originou com certeza, a fraca ligação entre o Estado e a sociedade, a falta de uma cultura comum entre os Estados e a sociedade, falta de legitimidade e responsabilização pública, funcionários públicos desligado da sociedade e a sociedade separado do Estado o que criou um terreno fértil para o surgimento de movimentos militares separatistas.

Os Estados da região Austral no período posterior a independência segundo Herbst (2000), os seus líderes para poderem controlar ou gerir um país vasto com baixa densidade populacional, enfrentaram desafios que desestabilizaram os seus países. Tais desafios, podem ser traduzidos na rejeição das guerras de

controlo ou expansão do poder e o sistema pré-colonial de soberanias múltiplas com fronteiras flexíveis, adopção de estratégias internacionais e domésticas que lhes permitiram flexibilidade para expandir o poder geográfico e prevenir ambições externas aos seus territórios. Estas estratégias determinaram a capacidade de consolidar a sua autoridade, quer seja na recolha de impostos ou na lealdade.

(...). Primeiro uma África expropriada, com os seus territórios dominados pelos colonizadores no início do século; (...), a partir do final dos anos 1960, uma África soberana, com estados modernos e independentes, a proeza representada por esse retorno à soberania manchada, no entanto, pelas dificuldades em encontrar uma estabilidade e um ritmo coerente de desenvolvimento (M'bokolo, 2000, p. 717).

Na visão de Jackson (1993) a principal mudança com a independência foi a alteração da natureza da soberania. Com a independência a soberania efectiva (governo nacional com autoridade) desaparece e um direito ao Estado Jurídico é estabelecido baseado no modelo de direito das relações internacionais, um direito à soberania conferido por terem sido descolonizados. Esta situação tirou energia aos líderes africanos da região e assim, passaram a concentrar-se apenas em assumir o poder, sobrevivência política e manutenção da lei e da ordem e as questões de desenvolvimento ficaram em segundo plano, ou seja adoptaram apenas uma economia de guerra, captar recursos para manter o poder e fazer a guerra.

Esta situação permitiu a criação de uma idiosincrasia entre os seus líderes que nenhuma guerra entre os Estados para extensão territorial, as intervenções militares noutros Estados eram para derrubar um líder e não para controlo territorial directo. Assim a África do Sul criou a sua política de desestabilização de outros países (Angola, Moçambique, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué, Botsuana e outros), mas sem ambições territoriais, a grande guerra africana (1998-2003), que envolveu vários países mas sem ambições de alargar as fronteiras na RDC (Vicentino, 2006, p. 485).

Portanto, as ex-colónias inglesas tiveram acesso a sua autonomia na década de 60, a ex-colónias portuguesas em 1975, a Namíbia livrou-se da ocupação ilegal em 1990, na África do sul foi estabelecido um sistema constitucional aceitável em 1994. Embora com este fim do colonialismo tradicional e o estabelecimento de sistemas democráticos a partir da década de 90 do século XX, a região mesmo assim a almejada maximização económica ainda continuava uma miragem, por causa não só da herança colonial, mas, também a guerra fria e a incapacidade de líderes em projectarem uma África Austral a longo prazo.

## **2.2. A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral- SADC**

É importante referir que o fim do século XX, trouxe transformações políticas de relevo para a África e particularmente para a região da África Austral. A partir de 1990, começava uma nova era ao nível das dinâmicas políticas, como consequência do fim da guerra fria que afectava as relações entre os Estados desta sub-região de África, a independência da Namíbia que marcou o fim do colonialismo tradicional, o início das transformações políticas que conduziram ao fim do regime de segregação racial e o estabelecimento de um sistema constitucional democrático (Fernandes e Capumba, 2006, p. 90).

Estas dinâmicas políticas e sociais endógenas da região, associadas as transformações políticas vinculadas à guerra fria, tiraram a região de uma era de conflitos e confrontação, para uma era de concertação rumo ao estabelecimento da paz, segurança, estabilidade e integração requisitos para um desenvolvimento sustentável (Ibidem).

As transformações políticas, económicas e sociais contribuíram para a mudança de estratégia da Conferência para Coordenação e Desenvolvimento da África Austral-SADCC, em termos de objectivos e alcance de países para ser substituída após 12 anos de actividade para o surgimento da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral-SADC em 1992 (Lee, 2003).

A emergência da SADC tem despertado debates problematizados no âmbito dos estudos africanos por causa da sua origem que está ligada não só as questões estruturais endógenas, mas também as exógenas. Neste contexto, considerando as transformações políticas, económicas e sociais na região, permitiram a criação aos 17 de Agosto de 1992 da SADC em Windhoek com a sua sede em Gaborone - Botswana (Shutz, 2014).

Esta organização conta com 16 países membros como: Malawi, Angola, Moçambique, Zâmbia, Tanzânia, Madagáscar, Botswana e Namíbia que aderiram à organização em 1992, seguiram outros que aderiram a partir de 1994 como foi o caso da República da África do Sul, Ilhas Maurícias, Ilhas Seychelles, Madagáscar, Lesoto, Zimbabwe, República Democrática do Congo e a União dos Comores que ingressou em 2018 (Ibidem). Pode-se inferir que a região tem vários problemas em forma de desafios que devem ser paulatinamente resolvidos por cada Estado, alinhado as políticas da organização regional.

### **2.2.1. Objectivos da SADC**

Os chefes de Estado e de Governo de cada membro da SADC, uniram-se de modo a apreciarem os objectivo comum assentes nos princípios comuns, plasmado no art.4.º do Tratado da SADC e na agenda comum 2005-2020, que resumem-se em questões de política e segurança que engloba a promoção da paz, defesa e segurança evolução dos valores políticos comuns e sistemas e instituições (Murapa, 2002).

Na categoria de desenvolvimento económico engloba, desenvolvimento e crescimento económico, alívio da pobreza, melhoria do padrão e da qualidade de vida através da integração regional, desenvolvimento auto-sustentável através da auto-confiança colectiva e interdependência dos Estados, maximizar a produção, emprego, a utilização dos recursos naturais de forma sustentável e a protecção do meio ambiente (Ibidem).

Para o alcance dos seus objectivos, a SADC conta com os seus órgãos institucionais, resultante da reforma interna que estabeleceu uma nova

estrutura com oito (8) órgãos<sup>4</sup>: a Cimeira de Chefes de Estado ou Governo; a Cimeira e a Cimeira da Troika de Órgãos; o Tribunal; o Conselho de Ministros; o Comité do Sector Ministerial dos *clusters*; Comité Permanente de Altos Funcionários; Secretariado; Comissões Nacionais e Fórum Parlamentar.

Esta organização é considerada não só como uma Organização sub-Regional de integração económica, mais também uma organização internacional com personalidade jurídica de Direito Internacional, que lhe foi adjudicada a partir do protocolo da Declaração das Nações Unidas, e, da Carta Africana dos Direitos Humanos da Organização da Unidade Africana, que presume as celebrações de acordos de sede com os seus membros e a fixação da capacidade jurídica funcional vinculativa a cada Estado membro.

### **2.3. Os Problemas Actuais da África Austral**

O continente africano enfrenta diversas dificuldades e crises a nível político, sócio-económico, de mobilidade e ambientais que tem propiciado um ambiente estrutural de quase permanente instabilidade e irritação de toda a sociedade. (SCHÜTZ, 2014).

Com tudo, assistiu-se certa diferença entre as regiões que a constituem, levando em conta a combinação de critérios geográficos, históricos, culturais e do dinamismo económico e político actual. Neste sentido, estas crises têm afectado os seus cidadãos de forma holística, sobretudo aqueles que resultam da conjuntura histórica, como a colonização, as formas como ascenderam as independências, como reagiram perante a guerra fria e como fizeram a transição para a democracia do tipo Ocidental forçadas ou baseadas apenas em pleitos eleitorais (Ibidem, 2014).

Assim, apresentados os problemas de forma global, em seguida passa-se de forma específica a elencar os problemas que os países da região enfrentam e que devem ser transformados em desafios, para os governos, povos e instituições incluindo a SADC, bem como, todos os agentes partícipes de tal processo de desenvolvimento na região.

---

<sup>4</sup> <http://www.sadc.int/about-sadc/overview/>

### **2.3.1. Os Problemas Políticos**

A África Austral passou por grandes mudanças desde o processo de descolonização até a última década do século XX. É notório que os problemas iniciais, oriundos do processo de independização dos Estados e da construção das suas estruturas político-burocráticas e máquinas administrativas, foram em grande parte resolvidos, embora ainda precisam de uma flexibilização no que concerne a estrutura administrativa que são bastante pesadas e burocráticas (Rodrik, 2016).

Do ponto de vista político, o grande desafio é a estabilidade do Estado e o controle político do seu território e a sua legitimidade, visto que embora as estruturas governativas resultem de sufrágio livre e universal, estão muito longe para resolver os problemas básicos do povo; outro desafio está ligado com a sua democratização, visto que tem havido uma tendência de controle da sociedade civil e da imprensa; a melhoria dos níveis de percepção de segurança e a tendência política que os Estados para diminuir a concorrência política (Ngubane (2004).

De um modo geral, os conflitos na região, englobam os conflitos originados por algum tipo de litígio regional que se reflecte ao nível nacional, por maior participação e/ou representação política, que como exemplo: são os casos que aconteceram na Tanzânia com a região de Zanzibar, e da África do Sul com a região de Kwazulu, bem como os conflitos devido a algum tipo de restrição à participação política e/ou à perseguição de líderes da oposição, o que inclui Angola e Suazilândia (Kelly, 2012).

Na visão de Kelly (2012) algumas das características dos conflitos políticos são comuns na África Austral, o que permite traçar um padrão dos problemas de segurança e de institucionalização democrática enfrentada pela região. Na grande maioria dos casos, a crise mais violenta, a guerra civil propriamente dita, já se encerrou a partir dos anos 90 do século XX e está se desenvolvendo uma fase posterior, de rearranjo das forças e representação política.

Segundo (PNUD, 2017) essas crises políticas integram a própria construção dos Estados africanos no geral após a descolonização e posteriormente aos abalos da Guerra Fria e outros conflitos que sucederam. Tendo em conta que qualquer governo que contrala a capital tem o direito legítimo a soberania do país, independentemente do controlo efectivo do território e da forma como assegura o controlo político da capital, esta situação resulta das assimetrias que se reflectem no desenvolvimento de cada região.

A SADC como instituição, enfrenta igualmente problemas e/ou desafios que estão ligados a sua estrutura bastante descentralizada, que embora trouxesse benefícios ligados à ideia do fortalecimento da integração igualitária, mas também, comprometeu a participação activa de alguns países, muito por conta da escassez de recursos financeiros para a materialização dos seus ideais, e da individualização das estratégias e metas comuns em alguns sectores. Neste contexto, a região precisa efectuar um ajuste urgente para resolver os seus problemas ligados à educação, ao campo social, económico e político-militar para melhorar os seus indicadores de estabilidade (Shutz, 2014).

Os Estados da África Austral estão sem dúvida, no processo de estruturação das suas instituições; um período propício para as disputas políticas. É nesse sentido que as organizações regionais com especial destaque a SADC, pode cumprir um papel determinante no auxílio a esses processos e no respaldo à implantação e à manutenção de instituições democráticas (PNUD, 2017).

Portanto, os problemas políticos candentes actuais, estão vinculados a consolidação do Estado de direito e democrático, a convivência na diferença política, a corrupção institucional profundamente ligada aos indivíduos politicamente expostos e a despartidarização, descentralização das instituições públicas de forma prática e efectiva.

### **2.3.2. Os Problemas de Segurança Militar**

A região da África Austral, apesar de ter passado por um período de estabilização e resolução de conflitos durante a década de 90, com o fim da guerra civil em Moçambique e o encerramento do regime do apartheid na África

do Sul, a paz alcançada em Angola em 2002, quase duas décadas depois, ainda apresentam focos de instabilidade e alguns conflitos bastante relevantes. (Santos, et al, 2012).

O processo de estabilização de todo este processo teve o seu início entre 1980-1990 com a viragem democrática e com o aparecimento de meios de comunicação social independente, o surgimento do florescimento da sociedade civil "despartidarizada", a defesa dos direitos do homem e o declínio paulatino dos governos militares. Começaram a ser realizadas eleições com mais regularidade, foram destituídos ou substituídos ou mesmo mudança de regimes ditatoriais, começaram a surgir regimes democráticos híbridos. Mas o que constitui um grande desafio político é a alternância política efectiva (Siegle et al, 2011, pp. 4 – 5).

Segundo Ngubane (2004), as fontes de insegurança militar na região da África Austral, via de regra, não correspondem à ameaça tradicional, ou seja, um conflito militar entre dois ou mais países. Ao contrário disso, a insegurança deriva dos conflitos que foram concluídos e dos desafios de construção da paz, da estabilidade política e a segurança do Estado e de sua população.

Em termos militares, actualmente as acções dos grupos terroristas que começaram a se instalar em Moçambique na região de Cabo Delgado, na Tanzânia e a instabilidade política no Sul da República Democrática do Congo, constituem ao nível da sub-região focos de crispação político-militares que inspiram alguma cautela e preocupação no sentido da sua pacificação democrática. Estes sinais de instabilidade política afectam as economias e a atracção de investimentos que constituem pressupostos para a libertação efectiva económica ou libertação económica (Santos, et al, 2012).

Em Moçambique actualmente na região de Cabo Delgados, se assiste ataques terroristas à mão armada, situação que tem vindo a evoluir desde Outubro de 2017 e que aumentou significativamente em finais de 2019. A situação inclui graves violações dos direitos humanos (Reis, 2018).

O conflito da RDC tem se apresentado já crónico e tanto as forças de segurança e defesa e a SADC apesar de algum esforço têm se mostrado incapazes de erradicarem definitivamente os grupos rebeldes o que tem afectado a segurança sócio-política e alimentar dos países vizinhos (Van-Dúnem, 2014, p. 143).

Portanto, o grande desafio de segurança militar da actualidade na África Austral, é a estabilidade do Estado e o controle político de todo o seu território sobretudo em Moçambique e RDC. Na visão de Ngubane (2004) a fonte de insegurança deriva de percepção do Estado como centro de poder único e da conseqüente disputa, por diferentes actores, pelo controle do Estado, visto como única forma de garantir seus interesses. Com tudo, a situação de insegurança militar na região, tem sido agravada muitas vezes pela possibilidade do contrabando do comércio de armamentos, que são originários dos conflitos passados e de zonas de conflito em África para algum tipo de reivindicação.

### **2.3.3. Os Problemas Sócio-económicos**

Os problemas de cariz sócio-económico da região Austral de África, estão sem dúvidas actualmente associados aos altos níveis de desigualdade de rendimentos e de género, desindustrialização, pobreza extrema, sistema de saúde sem qualidade, a educação que não consegue formar técnicos para o arranque agrícola e industrial, as políticas públicas débeis e a falta de uma agenda nacional ou pacto nacional a longo prazo. De acordo com HUGON, (2015), os fracos desempenhos sócio-económicos estão associados a vários factores, que na sua perspectiva podem ser agrupados da seguinte forma:

- Factores demográficos ligados a elevada taxa de crescimento da população que não é acompanhada pelos serviços sociais e económicos, a existência de uma população jovens com as suas necessidades específicas, o elevado índice de fecundidade, o elevado índice de mortalidade e a fuga de quadros qualificados pela falta de segurança económica.

- Factores geográficos, o desenvolvimento centrado nas cidades costeiras ou grandes cidades que têm atraído a população do interior para estas considerando que a maioria da população vive no interior longe das zonas costeiras; as alterações climáticas sem políticas claras sustentáveis para a sua resolução e que levam as populações a pobreza, fome, associada à desertificação sem políticas para o seu combate.
- Factores históricos, o peso da herança colonial, deficiente especialização de quadros, poucos recursos financeiros e humanos qualificados, falta de uma mitologia e memória histórica partilhada que as elites estatais podem utilizar para a construção da nação e da identidade nacional e a existência de um poder concêntrico (Dahl, 2005, pp. 75 - 90).
- Factores políticos, o Estado não consegue assegurar as suas funções, o autoritarismo, clientelismo e o nepotismo que criam custos de transação originando um elevado índice de corrupção que comprometem qualquer tentativa de industrialização e de desenvolvimento.
- Factores infra-estruturacionais, ligados a fragilidade e custos das telecomunicações, da eletricidade, água, estradas sem qualidade prática, dos transportes disfuncionais e dos serviços públicos burocráticos, tudo isso, afugenta qualquer investidor.
- Jurídicos (ausência de segurança dos direitos e de Estado de direito).
- Internacionais (a exposição aos choques externos é aumentada devido à especialização em produtos primários e à pequena dimensão das economias).
- Factores económicos, a excessiva dependência económica, baixa taxa de investimento e de poupança como consequência da pobreza, ausência de progressos de produtividade, distorções em benefícios de

sectores não directamente produtivo, as desigualdades sociais (Siegle et al, 2011, p. 23).

Deste modo, a África Austral, tem como um dos principais desafios tornar as políticas públicas sustentáveis que encarem cada região numa visão a longo prazo e não apenas com fins eleitoralistas, olhando para as questões da produção agro-pecuária, forjar uma indústria robustas e competitiva, resolver as questões ligadas as infra-estruturas de acesso, energia, água, educação, saúde, emprego, combater o VIH-SIDA e outras doenças endémicas, o emponderamento da mulher, a ciência e técnica, saneamento básico, políticas de descentralização que favorecem o desenvolvimeto rápido das circunscrições administrativas e a distribuição equitativa do PIB para a população (McKinley e Osorio, 2006).

Quanto às alterações climáticas e a segurança alimentar a África Austral é propensa a choques climáticos extremos recorrentes e tem sofrido precipitações anormais<sup>5</sup>, cheias e secas. Esta irregularidade pluviométrica, apresenta-se como uma ameaça a seguranças alimentar das populações, considerando as características dos sistemas de saúde, saneamento básico e da incapacidade dos governos para o aproveitamento hídrico sustentável.

Na visão de Chigono e Nakana (2009) do ponto de vista sócio-económico os seus problemas ou desafios se traduzem na pobreza, incompatibilidade dos sistemas económicos e políticos, as dívidas externas de muitos países que são quase insustentáveis considerando que já ultrapassaram os 70% do produto interno bruto e não servem ineteresses nacionais, a excessiva dependência económica em relação ao Ocidente, distribuição desigual dos benefícios da integração e a má governação económica e política.

(...) as nações viram-se obrigadas a recorrer a empréstimos estrangeiros, que acabaram minando suas escassas reservas em moeda forte (dólar, libra esterlina, etc.) utilizadas para pagar os juros e amortizações da dívida externa. (...), agravado pelo crescimento demográfico, pela propagação da Aids e por períodos de seca e fome

---

<sup>5</sup> Relatório de Síntese da SADC, 2020.

prolongados, que as nações africanas tentam se equilibrar e crescer (...), até em 2016 entre 15 países membros da SADC, a taxa de mortalidade infantil em cada 1000 nas ilhas Maurícias rondava os 13,7%, nas ilhas Seicheles rondava os 14,3%, no Botsuana os 40,6%, na África do sul 43,3% no Madagáscar 46,4% e o resto dos países acima de 50% sendo o pior o da RDC com 94,3% e Angola com 82,5%. Este cenário requer um trabalho profundo na formação de quadros, melhoria dos serviços de saúde e a produção de alimentos (Senise, 2017, p. 333).

Para tal, é preciso encontrar-se estratégias vias sustentáveis que envolvam os Estados membros e os seus povos visando garantir a produção alimentar em grande quantidade rumo a auto-suficiência alimentar que contribua para a erradicação efectiva da fome e da pobreza, a melhoria da distribuição do produto interno bruto através do desenvolvimento de actividades laborais ou profissionais, o aproveitamento hídrico, solar e iólico para a produção de energia para para alavancar a industria e o turismo (Pazzinato e Senise, 2018).

Portanto, os problemas ou desafios político-militares e sócio-económicos associado ao fraco sistema de mobilidade e a fragilidade das infra-estruturas combinada com a debilidade da rede de comunicação aparta a África das grandes redes internacionais e captação de investimentos e a remete para a marginalização estrutural.

## **2.6. Possíveis Soluções dos Problemas Actuais da África Austral**

Os problemas ou desafios da sub-região Austral de África são variadíssimos, nesta monografia destacou-se os problemas ligados a aspectos político-militares, e sócio-económicos que assolam a região. Apresentou-se igualmente os problemas actuais da região, associado aos problemas estruturais e históricos que advieram da colonização europeia, situação que mostra que o quadro actual não é animador. Os países membros precisam encarar e transformar estes problemas como desafios para se puder ultrapassar rumo para o desenvolvimento integral e sustentável com medidas acertivas que remam contra a neocolonização e tornar as independências efectiva (Pazzinato e Senise, 2010).

A luta que os países da região devem começar a desenvolver de forma concertada, é a luta contra o neocolonialismo, particularmente económico, que mesmo com as independências políticas formais, o perigo de uma nova colonização baseada na economia está sempre presente nas ex-colónias europeias (Ibidem).

Os governos, devem procurar buscar soluções específicas para os problemas económicos específicos, a partir do recurso às soluções africanas que partam de um pressuposto de africanização, tendente a construção de instituições credíveis, conhecimento técnico-científico, estruturas sociais africanas e uma educação de qualidade que permita e que sirva de substrato para o fornecimento de competências para a resolução de problemas que atrofiam o desenvolvimento integral e sustentável (Ibidem).

Outro elemento relevante que contribuiria para minimizar os problemas que a África vive hoje seria a criação de uma coesão nacional e africana, desenvolvimento económico e uma presença e participação activa no palco das relações internacionais com vista a resgatar a dignidade africana, particularmente regional. Esta dignidade passa pela independência económica, certamente não virá exclusivamente de ajudas financeiras externas, o bem-estar social virá do trabalho, da organização apropriada, da austeridade e de uma disciplina política e económica lúcida. "(...). Nossa intervenção nos assuntos internacionais tem uma dupla virtude (...) alimentar e de fortalecer nossa consciência política, e de tecer os laços de fraternidade entre os povos e partir do respeito mútuo" (Reis, 2018).

Ainda Reis (2018), alertava que a aludida independência económica que constitui a pedra angular para a resolução das questões sociais, económicas e políticas e até ambientais passam pela recuperação da dignidade africana. As ajudas externas são bem-vindas, mas só elas não conseguem resolver os problemas que afectam a região. É necessário um novo contrato social entre as elites políticas e o povo através de um pacto de austeridade para alcançar os objectivos colectivos, promovendo a segurança das populações, fomentar a coesão das instituições, dos movimentos políticos através de uma agenda ou

pacto nacional e regional a ser apresentada nos palcos internacionais; o estabelecimento de um sistema educativo de qualidade, que permitirá que a agenda interna não seja desviada por manobras internacionais neocoloniais e partidárias (Reis, 2018).

Porque afinal, a política implica antes de tudo a educação do cidadão. Apenas homens esclarecidos não se deixarão enganar por insidiosas propagandas, terão como única paixão, o amor à pátria, só eles poderão estabelecer uma sociedade justa. O recurso à educação é um factor que requer atenção e a atribuição de especial importância para que seja atingida uma qualificação de mão-de-obra e elevada representatividade internacional da SADC. Sendo assim, com mão-de-obra qualificada, não seria preciso recorrer à mão-de-obra estrangeira (Rousseau, 2006, p. 222).

Caso não se leve a cabo um plano de melhoria a nível da educação, o desenvolvimento não será sustentável, e, não havendo mão-de-obra qualificada, nunca será possível atingir a soberania económica. O VIH-SIDA que se estima que atingiu mais de um quarto da população da África Austral, como forma do seu combate a divulgação da informação quanto aos conceitos básicos da doença por meio de palestras às instituições educacionais e não só, publicidade e entre outros meios a dar a conhecer a doença, deve ser constante e reflectir um efeito positivo na sociedade, de modo a obter-se o decréscimo do número de infectados, aliada ao combate a fome, a pobreza de forma sustentável, porque é um mal que se alimenta da fome, pobreza e falta de informação deficiente<sup>6</sup>.

Os governos devem assegurar recursos suficientes para o reforço do capital humano através da educação. A educação deve ser transformada, de forma a centrar-se não apenas no número de matrículas, mas na melhoria da qualidade de ensino, para que as competências adquiridas correspondam às necessidades da indústria, da agricultura e dos outros serviços relevantes de cada Estado.

---

<sup>6</sup> Banco Mundial, 2017.

Outro problema é a separação de género que precisa ser superada através de políticas claras sobre o empoderamento da mulher, o investimento nestas, contribui para a melhoria da qualidade de vida das famílias. Ainda existe em algumas partes da região da África Austral, uma ausência de políticas claras para o empoderamento da mulher, e esta situação constitui um atraso a nível social, visto que num mundo globalizado é cada vez mais notório, mulheres a ocuparem posições sociais que antes eram marcadas somente pela presença do género masculino e é uma forma de combater a pobreza cíclica e outros males sociais.

O empoderamento das mulheres e jovens, busca promover a equidade de género em todas as actividades sociais e económicas, e alcançar uma representação de 50/50 entre homens e mulheres na política e no processo de tomada de decisões e acções em matéria de igualdade de género, e em todos níveis do espaço político, económico e social.

Todos estes problemas que a região Austral tem enfrentado levou os chefes de Estado e de governo na cimeira de Abril de 2015, a elaboração de um plano estratégico e roteiro industrial 2015-2063, com vista a alcançar grandes transformações económicas, tecnológicas a nível nacional e regional para a acelerar o crescimento económico através do desenvolvimento industrial. Em 2017 foram definidas metas a serem atingidas até em 2030 que se consubstanciam em três pilares fundamentais: a industrialização e o aprimoramento das infra-estruturas; o fortalecimento da cadeia de valor e o corredor de desenvolvimento<sup>7</sup>.

Estes pilares para serem atingidos apresentam limitações de energia e de infra-estruturas e sua qualidade, segurança alimentar que podem ser seleccionadas só com educação de qualidade que forneça competências para a sua resolução tendo em conta as potencialidades hídricas, solares e eólicas resultante do deserto do Kalahari, dos rios e a grande produção de petróleo em Angola, Namíbia, África do Sul e em Moçambique.

---

<sup>7</sup> Relatório da SADC, 2020.

Enquanto a SADC tiver apenas capacidade de financiar 10% dos seus projectos e o resto depende da União europeia, da China e outros, dificilmente as metas podem ser atingidas, por isso, o projecto KAZA – Okavango-Zambeze não avança que é considerado o maior projecto da protecção da biodiversidade do mundo. Um projecto deste poderia trazer uma rede de hotéis que fomentaria o turismo, oferecer emprego e o desenvolvimento da região através da captação de investimentos nos 5 países da região (Angola, Zâmbia, Botsuana, Namíbia e o Zimbabwe). Por isso, como forma de começar a resolver os problemas, este projecto precisa de financiamento ligado as infra-estruturas, a energia, água, a investigação científica<sup>8</sup>.

Portanto os líderes africanos da região Austral como forma de encontrarem soluções dos problemas, devem diminuir a politização da sociedade, elaborar políticas públicas de consenso nacional, que não dependam da mudança de políticos no poder ou de governo, por outro lado, é preciso pensar país, região quando se elaboram os projectos estruturais e não apenas projectos com fins eleitoralistas, dar e fazer sentir a voz e a autoridade dos académicos para apresentarem solução para a rápida industrialização e electrificação da região, combater o clentelismo e a corrupção que são males que desestruturam e desmoralizam a sociedade.

Os líderes africanos devem perceber e aceitar que do ponto de vista sócio-económico, quando maior for o desenvolvimento de um país, produção de recursos, maior instrução e informação, aumentará a probabilidade de se estabelecer um regime político competitivo e que provavelmente será democrático para responder as questões de desenvolvimento mas candentes (Dahl, 2005, pp. 75 - 90

---

<sup>8</sup> UNCEF, 2020

**CAPÍTULO III: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E  
INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS**

### **3.1. Preliminares da Investigação**

Após o cumprimento das formalidades impostas pelo ISCED- Huíla seguiu-se a redacção do corpo teórico da monografia, e neste capítulo segue-se a parte prática onde se apresentou, analisou-se e interpretaram-se os dados obtidos resultantes da aplicação do instrumento de recolha de dados aos estudantes da 12ª classe do Liceu Nº 454 da Chibia do período da tarde dos Cursos de Ciências Económicas e Jurídicas e Ciências Humanas, com vista a aferir o seu grau de conhecimento sobre tema, num total de 60 alunos.

### **3.2. População e Amostra**

#### **3.2.1. População**

A população é o total de indivíduos a serem estudados que possuem um conjunto de especificidades comuns (Sousa e Baptista, 2011, p. 74). Escolheu-se como população 60 alunos da 12ª classe do Liceu Liceu Nº 454 da Chibia do período da tarde dos Cursos de Ciências Económicas e Jurídicas e Ciências Humanas, com vista a aferir o seu grau de conhecimento sobre tema.

#### **3.2.2. Amostra**

Como amostra, utilizou-se a não probabilística intencional, que é uma forma de selecção da amostra, quando os elementos seleccionados são escolhidos pelo critério do investigador pelas suas características (Sousa e Baptista, 2012, p. 77). Assim, seleccionou-se 35 alunos da 12ª classe do Liceu Liceu Nº 454 da Chibia do período da tarde dos Cursos de Ciências Económicas e Jurídicas e Ciências Humanas, com vista a aferir o seu grau de conhecimento sobre tema.

### **3.3. Instrumento de Recolha de Dados**

O instrumento de recolha de dados seleccionado foi o inquérito por questionário, considerado como o conjunto de questões sistematicamente articuladas que se destinam a levantar informações escritas precisas acerca do nível de conhecimento por parte do sujeito pesquisado, com vista a conhecer a sua opinião, em relação ao assunto em estudo (Severino, 2007, p. 125).

### 3.4. Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados.

Tabela 1: Distribuição dos alunos por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem (%)</b>
a)-Masculino	20	57
b)-Feminino	15	43
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela 1 mostra que a frequência de 20 alunos o que completa 57% é do género masculino e 15 são do género feminino, com 43%, fazendo 100%. Pode-se inferir que maior parte dos alunos é do género masculino.

Tabela 2: Distribuição dos alunos por idade

<b>Intervalo de idade</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem (%)</b>
a)-18-22 anos de idade	32	91
b)-23-27 anos de idade	01	03
c)-28-34 anos de idade	01	03
d)-Mais de 35 anos de idade	01	03
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela 2 mostra que a frequência de 32 alunos o que completa 91% está situado no intervalo de idade 17-22 anos; 1 aluno o que completa 3% está situado entre 23-17 anos com 3%, 1 aluno está situado no intervalo de idade de 28-34 anos com 3% e a frequência 1 aluno tem mais de 35 anos o que completa 3% fazendo 100%. Pode-se concluir que maior parte dos alunos é bastante jovem.

Tabela 3: Já ouviu falar sobre o tema?

<b>Opções de respostas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem (%)</b>
a)-Sim	29	83
b)-Não	06	17
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela 3 clarifica que a frequência de 29 alunos já ouviu falar sobre o tema o que perfaz 83 e 6 alunos nunca tinha ouvido falar sobre o tema o que

completou 17%. Conclui-se que maior parte dos alunos já ouviu falar sobre o tema.

**Tabela 4: Onde ouviu mais falar sobre o tema?**

<b>Opção de respostas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem (%)</b>
a)-Na comunicação social;	08	23
b)- Na escola;	23	66
c)-Num outro lugar.	04	11
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela 4 clarifica que a frequência de 08 alunos já ouviu falar sobre o tema, o que completou 23%; 23 alunos ouviu falar mais sobre o tema na comunicação social, o que perfaz 66% e 04 alunos ouviu falar mais num outro lugar. Pode-se concluir que maior parte dos alunos já ouviu falar sobre o tema na escola.

**Tabela 5: Como avalia os seus conhecimentos sobre o tema?**

<b>Opção de respostas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem (%)</b>
a)- Bom	21	60
b)- Razoável	10	29
c)-Mau	04	11
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela 5 clarifica que a frequência de 21 alunos avalia os seus conhecimentos sobre o tema como sendo bom, com percentual de 60, 10 alunos avaliam como sendo razoável, o que completou uma percentagem de 29 e 04 alunos avaliam como sendo mau com um percentual de 11. Pode-se concluir que maior parte dos alunos avalia os seus conhecimentos sobre o tema como sendo bom.

**Tabela 6: Indica o intervalo que mais se verificou as independências africanas, sobretudo da região austral de África?**

<b>Opção de respostas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem (%)</b>
a)- 1950-1960	04	11
b)-1960-1970	09	26
c)-1970-1980	10	29
d)- 1980-1990	12	34
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela 6 clarifica que a frequência de 04 alunos, o que perfaz 11% adquiriu indica o intervalo que mais se verificou as independências dos estados africanos, sobretudo da região austral de África entre 1950-1960; 09 alunos apontou o intervalo de 1960-1970 com 26%, 10 alunos, o que corresponde a 29% apontou entre 1970-1980 e 12 alunos apontou entre 1980-1990, com 34%. Pode-se concluir que maior parte dos alunos não domina o intervalo de anos em que mais se verificou as independências dos estados africanos, sobretudo da região austral de África.

**Tabela 7: Qual foi a primeira organização regional a surgir após as independências dos estados africanos, sobretudo da região austral de África?**

<b>Opção de respostas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem (%)</b>
a)- SADCC	12	34
b)- SADC	15	43
c)-MPLA, ANC e a FP	03	09
d)- Países da Linha da Frente	05	14
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela 7 clarifica que a frequência de 12 alunos, afirmou que a primeira organização regional a surgir após as independências dos estados africanos, sobretudo da região austral de África foi a Conferência de Coodenação e Desenvolvimento da África Austral (SADCC), com 34%; 15 alunos indicou a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), com 43%; 03 alunos indicaram o MPLA, o ANC e a FP, o que completou 9% e a 05 alunos

indicaram os Países da Linha da Frente. Infere-se que maior parte dos alunos não domina qual foi a primeira organização regional a surgir após as independências dos Estados africanos.

**Tabela: Esta primeira organização o seu objectivo era essencialmente?**

<b>Opção de respostas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
a)- Político	15	43
b)- Sócio-Económico	20	57
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela 8 clarifica que a frequência de 15 alunos, acha a primeira organização o seu objectivo era essencialmente político, o que completou 43% e 20 alunos achou que a primeira organização o seu objectivo era essencialmente sócio-económico, o que completou 57%. Pode-se inferir que maior parte dos alunos não domina qual foi o objectivo essencial da primeira, ou seja, dos Países da Linha da Frente.

**Tabela 9: A Guerra Fria resultante da II Guerra Mundial (1939-1945), será que dividiu os países africanos, sobretudo da região austral entre 1960-1990?**

<b>Opção de respostas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
a)- Sim	24	69
b)- Não	11	31
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela 9 clarifica que a frequência de 24 alunos apontou a guerra Fria resultante da II guerra mundial (1939-1945), dividiu os países africanos, sobretudo da região austral entre 1960-1990, o que completou 69% e 11 alunos não acredita que a guerra Fria resultante da II guerra mundial (1939-1945), dividiu os países africanos, sobretudo da região austral entre 1960-1990, com 31%. Pode-se inferir que maior parte dos alunos domina o alcance e as consequências da Guerra Fria em África particularmente na região austral.

**Tabela 10: Os problemas actuais que mais preocupam a África Austral, estão mais ligados as questões?**

<b>Opção de respostas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
a)-Segurança política;	15	43
b)- Sociais e económicas;	20	57
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela 10 clarifica que a frequência de 15 alunos aponta como problemas actuais que mais preocupam a África Austral as questões políticas, o que completou 43% e a frequência de 20 alunos, o que completa 57% apontou que os problemas actuais que mais preocupam a África Austral estão ligados as questões sociais e económicas. Pode-se inferir que maior parte dos alunos conhece os problemas actuais que mais preocupam a África Austral.

**Tabela 11: Acha que actualmente a maioria dos países da África austral vivem mais uma independência:**

<b>Opção de respostas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
a)-Independência política;	14	40
b)- Independência Económica;	17	49
c)- Nenhuma delas.	04	11
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela 11 clarifica que a frequência de 14 alunos achou que actualmente a maioria dos países da África Austral vivem mais uma independência política, o que completou 40%; 17 alunos apontaram que actualmente a maioria dos países da África Austral vivem mais uma independência económica, o que completou 49% e 04 alunos afirmaram que não vivem nenhum tipo de independência, o que perfaz 11%. Pode-se inferir que maior parte dos alunos afirmou que actualmente a maioria dos países da África Austral vivem mais uma independência económica, quando os estados da região vivem mais um independência política.

**Tabela 12: Como analisa a abordagem do tema na cadeira de História da 12ª classe?**

<b>Opção de respostas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
a)- Muito boa;	11	31
b)- Boa;	07	20
c)- Razoável	15	43
d)-Pobre	02	06
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela 12 clarifica que a frequência de 11 alunos **analisa a abordagem do** tema na cadeira de História da 12ª classe como sendo muito bom, o que completou 31%; a frequência de 07 alunos escolheu a opção boa o que perfaz 20%; a frequência de 15 alunos analisa a abordagem do tema na cadeira de História da 12ª classe como sendo razoável, o que completou 43 e a frequência de 02 alunos acharam a abordagem pobre, o que completou 06%. Infere-se que maior parte dos alunos considerou a abordagem do tema na cadeira de História da 12ª classe como sendo razoável.

**Tabela 13: Quais as razões que contribuem para o fraco conhecimento do tema?**

<b>Opção de respostas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
a)- Pouco interesse por parte dos alunos;	13	37
b)- Insuficiência de material sobre o tema;	13	37
c)- Falta de abordagem do tema pelo professor;	03	09
d)- Insuficiência do tempo para a sua abordagem.	06	17
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela 13 clarifica que a frequência de 13 alunos aponta a razão abaixo que mais contribui para o fraco conhecimento sobre o tema, estão ligadas ao pouco

interesse por parte dos alunos, com 37%, a frequência de 13 alunos pontam a insuficiência de material sobre o tema o que completou 37%, 03 alunos pontaram a falta de abordagem sobre o tema pelo professor, o que completou 09% e 06 alunos apontaram a insuficiência do tempo para a sua abordagem, o que completou 17%. Pode-se inferir que maior parte dos alunos apontou que as razões mais contribuem para o fraco conhecimento sobre o tema estão ligadas ao pouco interesse por parte dos alunos, associada à insuficiência de material sobre o tema.

**Tabela 14: Quais as propostas abaixo poderiam aumentar o seu nível de conhecimento?**

<b>Opção de respostas</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
a)-disponibilidade de material sobre o tema;	14	40
b)- apresentação do tema pelo professor;	11	31
c)- aumento do tempo da abordagem do tema.	10	29
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>100</b>

A tabela 14 clarifica que a frequência de 14 alunos, o que completou 40% acha que as propostas abaixo que poderiam aumentar o seu nível de conhecimento é a disponibilidade de material sobre o tema; 11 alunos escolheram a apresentação do tema pelo professor, o que perfaz 31% e 10 alunos escolheram o aumento do tempo da abordagem so tema, o que perfaz 29%. Pode-se inferir que maior parte dos alunos acha que das propostas abaixo poderiam aumentar o seu nível de conhecimento a disponibilidade de material sobre o tema seria ideal.

## **CONCLUSÃO**

## CONCLUSÃO

Com base no trabalho, pode-se concluir o seguinte:

- Ao nível da região Austral surgiram três organizações com objectivos historicamente distintos, assim os Países da Linha da Frente pretendiam eliminar o colonialismo na região Austral;
- A SADCC, pretendia diminuir a dependência económica em relação à África do Sul da altura do apartheid e a SADC pretende efectuar uma integração regional capaz de resolver os problemas estruturais da Região Austral de África;
- Os Países africanos da região Austral sofreram o impacto da guerra fria que impossibilitou efectuarem uma única frente para a resolução dos problemas básicos após as independências, o que condicionou o desenvolvimento da região Austral de África;
- Os países da região Austral de África enfrentam problemas históricos resultantes da colonização e da sua própria organização interna que têm dificultado o seu desenvolvimento social e económicos;
- O inquérito por questionário aplicado aos alunos da 12<sup>a</sup> classe dos cursos de Ciências Económicas e Jurídicas e Ciências Humanas mostrou que maior parte dos alunos é do género masculinos e jovem com menos de 23 anos de idade;
- Os alunos já ouviram falar mais sobre o tema na escola, afirmaram ter um bom conhecimento sobre o mesmo embora não dominam os assuntos políticos, económicos e sociais sobre a região austral de África.
- As razões que contribuem para o fraco conhecimento sobre o tema estão ligadas ao pouco interesse por parte dos alunos e a insuficiência de material sobre o tema e para aumentar os seus conhecimentos os alunos indicaram disponibilidade de material sobre o tema.

## **SUGESTÕES**

## SUGESTÕES

Com base nas conclusões sugere-se o seguinte:

- ✓ Que cada país da região Austral possa elaborar políticas públicas de consenso nacional e regional, com vista a erradicar a fome e a pobreza;
- ✓ Que os países da região Austral possam elaborar um sistema educativo que permita combater a corrupção, a moralização social, o desenvolvimento sustentável e a industrialização;
- ✓ Que os países da região Austral possam unir sinergia para a captação de recursos e *now how* como forma de implementar a industrialização e crescimento voltado para o exterior ou seja para a importação de produtos industriais e não mais matéria-prima.
- ✓ Que se façam cada vez mais palestras e debates, sobretudo em línguas nacionais como forma de conscientizar os africanos sobre os seus problemas e as soluções que podem ser adoptadas.
- ✓ Desenvolver políticas e programas para abordar as vulnerabilidades sociais e económicas como abordagens inclusivas contribuirá para a protecção e promoção dos direitos de todos (no contexto da migração), acesso à alimentação e saúde, e o bem-estar geral dos cidadãos.
- ✓ Desenvolver iniciativas de reforço da resiliência, incluindo a criação de emprego nas zonas rurais, incorporando tecnologias inteligentes em matéria de subsídios e agricultura de conservação.
- ✓ A indústria transformadora e os serviços, de forma a tirar partido do crescimento dos mercados internos, deve facilitar as ligações e transferência de conhecimento entre investidores, empresas e fornecedores locais, para melhorar as suas capacidades e criar emprego local.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Banco Mundial (2017).

Bender, G. J. (2013). *Angola Sob o Domínio Português: Mito e Realidade*.

Luanda, 1ª Edição, Mayamba Editora.

Branco, L. B. N. M. C. A. (2003). *A política Extremo Sul-Africano: do Apartheid a Mandela*. Tese de doutoramento em estudos africanos interdisciplinares. Instituto superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Buzan B., & Weaver, O. (2003). *Regions and Power: The Structure of International Security*. Cambridge University Press.

Chanaiwa, D. (2010). *A África Austral*. Brasil. s/ed.

Chichava, J. (2011). *Vantagens e desenvolvimento da integração de Moçambique na integração económica regional*. *Revista científica inter- universitária económica, política e desenvolvimento*. Santa Maria, v.1,n.4. pp.11-30.

Fernandes, P. J. e Capumba, A. P. (2006). *História 12ª Classe. 2ª Ciclo do Ensino Secundário*. Luanda. Ed. Texto editora.1ª ed. Luanda – Angola.

Fernandes, P. J., & Capumba, A. P. (2006). *História 12ª Classe – 2º Ciclo do Ensino Secundário – Reforma Educativa*. Luanda, Texto Editora Lda, 1ª ed. 1º tiragem.

Guilherme, F.O. (2017). *O Processo de Integração de Angola na SADC: dinâmicas Geoestratégicas (2004-2014)*. Lisboa. Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado em Estratégia.

Hobsbawn, E. (1995). *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das letras.

Hugon, P. (2015). *Geopolítica de África*. Lisboa, Escolar editora.

Ki- Zerbo J. (2002). *História da África Negra. Portugal, volume II*. 3ª ed. Publicação Europa- América.

KI-Zerbo, J. (1972). *História da África Negra*. Brasil. Vol. II.

- Lee, M. (2003). *The political economy of regionalism in southern Africa*. Lansdowne Boulder: University of Cape Town press/Lynne Rienner Publisher.
- Lopes, M. J. & Capumba, A. P. (2006). *História 11ª Classe – 2º Ciclo do Ensino Secundário – Reforma Educativa. Texto editora- Luanda*. 1ª Edição. 3ª Tiragem. Luanda – Angola.
- Marconi, A. M. & Presotto, N. M. Z. (2009). *Antropologia Uma Introdução*, 7ª edição, Editora S. Paulo.
- Marconi, M & Lakatos, E. M, (2008), *Fundamentos de Metodologia Científica* 6º ed. Atlas. São Paulo. Brasil.
- Marconi, A. M. & Lakatos, M. E, (2010). *Fundamentos de Metodologia de Investigação Científica*. Ed. Atlas S.A. São Paulo. Brasil.
- Massangaie, A. (2018). *Moçambique no Processo de Integração na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)*. Porto Alegre. Revista Brasileira de Estudos Africanos, v.3, n.6. pp. 23-25.
- Mateus, C.D.; & Mateus, A (2015). *Angola. Guerra colonial: Causas e consequências. O 4 de Fevereiro e o 15 de Março*. Alfragide-Portugal. 4ª Edição. Texto Editora.
- Matusse, R. (2009). *A África Austral: Das migrações Bantu à integração regional*. Maputo. Imprensa Universitária.
- Mazrui, A. A.; & Wondji, C. (2010). *História Geral de África. VIII. África desde 1935*. Brasil: Unesco.
- M'Bokolo, E. (2011). *História e Civilizações Do século XIX aos nossos dias*. Lisboa, Tomo II. 2ª Ed. Edições Calibri.
- Muarapa, R. (2002). *Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC): Rumo à integração política e económica*. Impulso nº 31.
- Pazzinato, L. A & Senise, V. H. M (2010). *História Moderna e Contemporânea*. 15ª ed. Editora Ática. São Paulo- Brasil.
- Pelissier, R. e Douglas, W. (2013). *História de Angola*. Lisboa, 2ª Edição. Tinta-da-China, Lda.

- Prodonov, C. C. & Freitas C. E. (2013). Metodologia de Trabalho Científico: Métodos e Técnicas de Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ª ed. Editora Feevale. Rio Grande Sul- Brasil.
- Profiling of Social Protection Beneficiaries in Botswana, julho de 2017.
- Reis, R. B. dos (2018). *África imaginada: História intelectual, pan-africanismo, nação e unidade africana na présence africaine (1947-1966)*. Belo horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. Tese de doutoramento em História moderna e contemporânea.
- Rousseuau, J. J. (2006). *Contrato social-princípios do direito político*. 4.ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. pág. 222.
- SADC/OCDE (2017), FDI-SME Linkages in Regional and Global Value Chains and the Development Dimension in SADC, Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, dezembro de 2017.
- Schutz, N. S. X. (2014). *Integração na África Austral: A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os condicionantes históricos e políticos da Integração*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado em ciência Política.
- Siegle, et al (2011). *África e a Primavera Árabe: Uma Nova Era De Expectativas Democráticas*. Ed. Centro de Estudos Estratégicos de África. Washington, D.C – EUA.
- Social Policy Research Institute (2017),
- Solow, R.M. (1956), "A contribution to the theory of economic growth", *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 70(1), pp. 65-94.
- Streak, J. (2004), "The GEAR legacy: Did GEAR fail or move South Africa forward", *Development Southern Africa*, Vol. 21(2), pp. 271-288.
- The Economist (2012a), "Education in South Africa still dysfunctional: Standards still leave a lot to be desired", 21 de janeiro de 2012.
- Ulriksen, M. (2013), "The Politics of Social Protection Expenditure and Financing in Southern Africa", *Development Southern Africa*, Vol. 30(1), pp. 39-53, DOI: 10.1080/0376835X.2013.756097.

- Van- Dúnem, B. (2007). *Prevenção de Conflitos em África da Organização da Unidade Africana à Unidade Africana. Sociedades africanas.* Luanda. Ed. Europress.
- Wondji, C. (2010) *História Geral de África. VIII. África desde 1935.* Brasil: UNESCO.
- Van- Dúnem, B. (2010). *Globalização e Integração Regional em África.* 1ª Edição. Editora Europress. Angola.
- Van- Dúnem, B. (2014). *Política Externa dos Estados e Diplomacia do Presidente José Eduardo dos Santos.* Universidade Lusíadas de Angola.
- Wheeler, D., & Péliissier, R. (2011). *História de Angola.* 1ª Edição. Luanda: Editora Tinta-da-China. Angola.

